

DA VOZ DE PRISÃO ÀS FALAS POR LIBERTAÇÃO: PRÁTICAS ARTÍSTICAS E EDUCACIONAIS EM CONTEXTOS DE RESTRIÇÃO DE LIBERDADE

*FROM THE VOICE OF IMPRISONMENT TO DISCOURSES FOR LIBERATION:
ARTISTIC AND EDUCATIONAL PRACTICES IN CONTEXTS OF RESTRICTED
FREEDOM*

Marcia Lisbôa Costa de Oliveira¹, Marcos Estevão Gomes Pasche², Isabella Faustino Alves³

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), São Gonçalo, RJ, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-0141-4008>
marcia.lisboa.oliveira@uerj.br

² Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, RJ, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0001-7935-3957>
marcospasche@uol.com.br

³ Universidade de Coimbra (UC), Coimbra, CO, Portugal.
<https://orcid.org/0000-0002-9004-0369>
faustinoalvesisabella@gmail.com

Segundo dados do *Relatório de Informações Penais* (SENAPPEN, 2023), em julho de 2023 havia no Brasil 649.592 pessoas em celas físicas de penitenciárias e carceragens brasileiras. Desse total, mais da metade estava em regime fechado. Os homens são maioria entre as pessoas encarceradas, das quais 4,25% são mulheres. As informações por raça/etnia indicam que 67,78% do contingente total de aprisionados/as é pardo ou preto. Esse levantamento exhibe mais um dado relevante: no primeiro semestre de 2023, houve um significativo aumento de atividades educativas no sistema penitenciário (na ordem de 9,58%). Com relação ao cumprimento de medidas socioeducativas, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) apontou, em 2020, um número de 46.193 adolescentes, dos(as) quais apenas 9.885 eram considerados frequentes no sistema de ensino.

As *Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos*, conhecidas como *Regras de Nelson Mandela* (UNODC, 2015), recomendam que educação, formação e trabalho, bem como assistência de natureza reparadora sejam oferecidas às pessoas aprisionadas. Em âmbito interno, a Lei de Execuções Penais (Lei 7.210/1984) assegura às pessoas aprisionadas, dentre outros direitos, o contato com o “mundo exterior” por meio da leitura (artigo 41, inciso XV), o que se soma à preservação

de “todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei”. Já o *Estatuto da Criança e do Adolescente* (Brasil, 1990) determina que se garantam, por lei e por outros meios, as oportunidades e facilidades necessárias ao “desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social” de adolescentes, inclusive daqueles(as) em cumprimento de medida socioeducativa.

Com foco nesse panorama, o Dossiê 30 da *Pensares em Revista* aborda processos educativos e artísticos desenvolvidos com adolescentes, jovens e adultos(as) em conflito com a lei/ em cumprimento de pena/ egressos(as) do sistema prisional. A proposta orientou-se pela busca de espaços de reflexão sobre a garantia de direitos ao conhecimento e à experiência estética durante e após o cumprimento de penas privativas de liberdade e de medidas socioeducativas que tenham culminado em restrição da liberdade. Nesse sentido, reúnem-se aqui resultados de pesquisas, registros de extensão universitária e estudos teóricos levados a efeitos no Brasil em perspectivas transdisciplinares. O conjunto de textos ultrapassa a tensão entre crime/ato infracional e castigo para pensar a importância da educação, da arte e da leitura, considerando-se as suas dimensões políticas, ontológicas e epistêmicas.

Abre o dossiê uma entrevista com a Professora Doutora Ana Cláudia Ferreira Godinho, realizada por Marcos Estevão Gomes Pasche e Isabella Faustino Alves, na qual se contemplam o percurso profissional, as produções acadêmicas e reflexões da Professora sobre a educação em contextos de privação de liberdade. Focalizam-se atividades de remição de pena pela leitura, o papel da universidade no desenvolvimento de ações educativas em contextos de privação de liberdade e a educação como direito humano. Respondendo a questões que abordam tanto o seu trabalho extensionista quanto sua atuação na pesquisa, a Professora aponta o risco de a educação em prisões ser reduzida a mero instrumento ressocializador, o que pode diminuir sua autonomia e seu papel formativo. Com base no livro *Remição de pena pela leitura no Brasil: o direito à educação em disputa*, escrito em parceria com Elinaldo Fernandes Julião, Ana Cláudia Ferreira Godinho ainda alerta sobre o desvio caracterizado quando a remição por leitura passa de atividade complementar a atividade substitutiva da educação escolarizada em cadeias, numa ação de governos para camuflar o baixo investimento na pasta educacional.

Num primeiro movimento – assim o chamemos – “A educação no sistema penitenciário: um estudo em unidades prisionais do estado do Rio Grande do Sul”, de Martha Narvaz e Alessandra Machado, sensibiliza para a fundamentalidade de políticas

públicas que confirmam efetividade à educação no sistema prisional, desde a importância da qualificação profissional e do incremento de possibilidades de acesso ao trabalho e à renda como imperativos inarredáveis do ideal de ressocialização previsto na Lei de Execução Penal.

Um segundo movimento dentro do presente dossiê se dá pelo conjunto de textos que abordam ações ou possibilidades extensionistas de leitura em cadeias, sobretudo projetos de remição de pena pela leitura.

Em “(Res)significando horizontes: considerações sobre a remição pela leitura”, Neliane Aquino avalia os dispositivos legais que regulam a remição de pena pela leitura. Por meio de pesquisa qualitativa e revisão bibliográfica, a autora considera a recentidade e a pertinência da remição por leitura, sem deixar de apontar para a necessidade de aperfeiçoamento de sua constituição.

Adiante, Samantha Alves, Marayana Bon Tempo e Maísa de Oliveira, no artigo “A Remição pela leitura: a educação como um instrumento de transformação social no contexto prisional”, realizam abordagem prática da da remição de pena pela leitura, visto estabelecerem como *corpus* de análise um conjunto de resenhas produzidas por detentos de uma unidade prisional em Minas Gerais. Além de destacarem que os textos selecionados se revelarem importante fonte de dados, as estudiosas afirmam a relevância do projeto como política social.

“Eu gostaria de poder dizer que a literatura é inútil, mas não é (...)”, um relato de experiência em um projeto de extensão universitária sobre a remição da pena pela leitura”, de Paulo Roberto Tonani do Patrocínio, exibe um relato de trabalho realizado por professores e estudantes universitários em presídios do Rio de Janeiro. Com referenciais teóricos que conjugam literatura e educação, o texto reflete sobre o caráter formativo da remição de pena pela leitura e sobre a leitura literária no âmbito da privação de liberdade.

“Educação para liberdade: ressignificando espaços sentenciados por meio da extensão”, de Fabrícia Vellasquez e Ana Rocha, decorre de um trabalho de conclusão de curso e aborda o potencial transformador da leitura em contextos prisionais. Rechaçando o entendimento da extensão universitária como assistencialismo, as autoras direcionam a reflexão também para egressos do sistema prisional, esperando com isso uma ressignificação tanto de espaços onde o aprisionamento se materializa quanto os efeitos disso na subjetividade de quem está ou foi preso.

No que se pode designar por um terceiro conjunto de reflexões, considerando-se uma maior afinidade temática, avulta um recorte de gênero desde o qual se evidencia

a confluência entre distintas matrizes de opressão – relacionadas às múltiplas hierarquias oriundas/decorrentes do “patriarcado capitalista de supremacia branca” (hooks, 2018) – a culminar no incremento do aprisionamento de mulheres no Brasil. Nesse contexto, em “Histórias do cárcere: análise linguístico-discursiva das narrativas de detentas de uma penitenciária feminina”, Marta Piovesan e Marizethe Bezerra conduzem as lentes para a oralidade da língua e para os processos de construção do “texto falado”. À vista de tais elementos, suscitam a possibilidade de uma melhor percepção acerca de como mulheres em situação de encarceramento constroem-se discursivamente – tanto no que diz respeito à dimensão da identidade, quanto do pertencimento (ou não) a um determinado grupo social.

Histórias e experiências de mulheres ecoam também em Thays Cesar e Maria Remenche, autoras de “Vozes de mulheres: a experiência estética da leitura em contexto de privação de liberdade”, que retomam conceitos de Bakhtin para refletir, dentre outros pontos, sobre a/s dimensão/ões dialógica/s da linguagem e a polifonia presente na produção/construção de sentido/s. Do trabalho das citadas autoras, pode-se olhar especificamente para textos oriundos de oficinas de leitura realizadas em unidade prisional, a corroborar o foco para a leitura como experiência estética e para a reflexão sobre seu potencial de ressignificar relações, memórias e experiências.

Converge com o recorte de tais trabalhos o texto “Prisão, gênero e solidariedade: visões e contradições na experiência das mulheres autoras de crimes”, de Kamila Klasmann e Silvana Mariano, presente na seção “Vária”, reflexão de cunho sociológico cujo destaque são as conformações entre as dimensões de gênero, classe e raça, e seus reflexos, ambíguos e contraditórios, em redes de solidariedade entre mulheres encarceradas. Também naquela seção, “‘Escreva a um detento, mude uma vida’: um estudo sobre o cronotopo da prisão”, de João da Silva e Patrícia Valério, encerra os trabalhos com foco para os enunciados/discursos emergentes de sujeitos em situação de privação de liberdade – investigação que abrange a linguagem e a sua materialização no espaço-tempo das existências e dos julgamentos e visões dicotômicas que a constroem.

Deste modo – e embora não se deixe de perceber alguma heterogeneidade entre perspectivas, inclusive designações, do que se sublinha que o modo de nomear reflete relações de poder (Becker, 2009) –, colhem-se experiências oriundas do Nordeste ao Sul do Brasil, por meio de uma ampla mobilização do conceito de liberdade. E isso num campo cujo traço comum é a reafirmação de um direito inalienável tanto à educação

como à “fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis” enquanto pressuposto para uma sociedade justa (Cândido, 2011). Em orientação quiçá um tanto ambiciosa, a proposta deste dossiê pretende também (re)abrir caminhos para reflexões em torno da aptidão que tem a arte, como experiência, experiência social e prática da liberdade, para impulsionar transformações estruturais na vida social (Safatle, 2022, p. 128).

REFERÊNCIAS

BECKER, Howard. *Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar, 2009.

BRASIL. Lei de Execução Penal – Lei 7.210, de 11 de julho de 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm. Acesso em 12 out. 2023.

BRASIL. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: *Vários escritos* (5 ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Ouro sobre Azul, 2011. pp. 171-93.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME (UNODC). *Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Nelson Mandela)*. Viena: UNODC/Seção de Justiça, [2015]. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson_Mandela_Rules-P-ebook.pdf Acesso em 12 out. 2023.

HOOKS, b. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro, Brasil: Rosa dos Tempos, 2018.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA (MDHC). *SINASE - Dados e indicadores*. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/dados-e-indicadores/sinase> Acesso em 12 out. 2023.

SAFATLE, Vladimir. *Em um com o impulso: experiência estética e emancipação social*. Bloco I. Belo Horizonte, Brasil: Autêntica, 2022 (recurso eletrônico).

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENAIAS (SISDEPEN). *Relatório de Informações Penais*. 14º ciclo - período de janeiro a junho de 2023. Brasília: SENAPPEN, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-lanca-levantamento-de-informacoes-penitenciarias-referentes-ao-primeiro-semester-de-2023/relipen> Acesso em 12 out. 2023.

Sobre os(as) autores(as)**Marcia Lisbôa Costa de Oliveira**

Professora Associada do Departamento de Letras da FFP/UERJ, no Setor de Ensino de Língua Portuguesa e Literaturas. Docente do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS - FFP/UERJ), do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística (PPLIN-FFP/UERJ) e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU - FFP/UERJ). Atua como Coordenadora Estratégica de Extensão e Cultura da PR3/UERJ. Coordena projetos de Extensão, Iniciação Científica, Iniciação à Docência e Estágio Interno Complementar. É líder do grupo de pesquisa Formação de Professores, linguagens e justiça social (PROFJUS/FFP-UERJ) e membro do Projeto Nacional de Letramentos: Linguagem, Cultura, Educação e Tecnologia (FFLCH/USP). Bolsista do Programa PROCIÊNCIA UERJ.

Marcos Estevão Gomes Pasche

É graduado em Português-Literaturas (2006), mestre em Literatura Brasileira (2009) e doutor em Literatura Brasileira (2014) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É professor de Literatura Brasileira na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), *campus* Seropédica, e crítico literário. De sua autoria, publicou *De pedra e de carne* (Confraria do Vento, 2012) e *Cláudio Manuel da Costa, Série Essencial* (Academia Brasileira de Letras e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2014). Organizou os volumes *Melhores crônicas de Maria Julieta Drummond de Andrade* (Global, 2012), *Hoje é dia de hoje em dia: literatura brasileira da primeira década do século XXI* (Multifoco, 2013, com Leonardo Barros Medeiros), *Crítica literária na sala de aula: caderno de resenhas* (EDUR, 2022) e *Anatomias da meia-palavra: ensaios sobre a obra de José Paulo Paes* (EDUFPR, 2022, com Henrique Duarte Neto). Pela UFRRJ, coordena o projeto de extensão Remição de Pena Pela Leitura, com atuação em unidades prisionais do Complexo do Gericinó, em Bangu, Zona Oeste do Rio de Janeiro, e da cidade de Japeri, na Baixada Fluminense. É também coordenador da Cooperação Técnica entre a UFRRJ e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP-RJ).

Isabella Faustino Alves

Doutoranda em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (em regime de cotutela internacional). Mestre em Ciências Jurídico-Políticas com Menção em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde também concluiu pós-graduação em Direitos Humanos. Especialista em Direito Constitucional e em Direito do Estado. Defensora Pública. Estudante pesquisadora junto ao Grupo de Pesquisa LADER/ Laboratório de Políticas Públicas, Governança e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense. Co-coordenadora do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos e Políticas Públicas, vinculado à Escola Superior da Defensoria Pública do Tocantins. Autora das obras *Direitos Humanos e Interconstitucionalidade: processos de abertura* (D'Plácido, 2022), *Direitos e exceção em ensaio(s): "Somos tod@s Guarani-Kaiowá?"* (D'Plácido, 2023) e (Em) *lume bravo* (Urutau, 2024).